



XV SEMANA DE *enfermagem* DA FPS

**VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM DIANTE DAS CRISES
AMBIENTAIS E NA BUSCA PELA EQUIDADE SOCIAL:
UMA REFLEXÃO INDISPENSÁVEL.**

ANAIS

**VOLUME 1
2023**



XV SEMANA DE ENFERMAGEM DA FPS

Anais

Realizada no período de 15 e 16 de maio de 2023 presencialmente na Faculdade Pernambucana de Saúde.



Diretório Acadêmico
Florence Nightingale



VOLUME 1

RECIFE

2023

Ficha Catalográfica
Preparada pela Faculdade Pernambucana de Saúde

F143s Faculdade Pernambucana de Saúde

XV Semana de Enfermagem da FPS: valorização da enfermagem diante das crises ambientais e na busca pela equidade social: uma reflexão indispensável. / Organizadores: Alefe Pedro da Silva Gomes, Ana Beatriz Guimarães Lins e Azevedo, Ana Karoliny Melo Martins, Bruna Maria Nunes Alves, Bruna Souza Souto, Emilyn Alves Dias, Emmily Poliana figueira de lima, Gilvana da Rocha Freire, Hugo Henrique de Souza Martiniano, Juliana Maria dos Santos, Kássia Santos Góes, Laura Cavalcanti e Silva, Lorena Ferreira Melo, Marcela Mayne de Almeida Sial, Maria Carolina Beltrão Pimentel, Maria Eduarda Batista do Nascimento, Maria Eduarda de Moraes Oliveira, Maria Gabryella da Hora Moura, Myrella Maria de Sena, Nathália Melo Cavalcanti, Pedro Antônio Ribeiro da Silva, Rebeca Maria Teixeira Luz de Souza, Stviny Rubem Almeida de Oliveira, Társila Evelin Santos de Sena Oliveira, Thaís Gabrielle de Souza Silva, Vanessa Marques da Silva, Vitória Caroline Santana Chaves da Silva. – Recife: FPS, 2023.

34f. v.1.

Faculdade Pernambucana de Saúde. 2023.

ISBN: 978-65-6034-024-4

1. Anais. 2. XV Semana da Enfermagem. 3. Faculdade Pernambucana de Saúde. I. Título.

CDU 616-083 (058)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alefe Pedro da Silva Gomes
Ana Beatriz Guimarães Lins e Azevedo
Ana Karoliny Melo Martins
Bruna Maria Nunes Alves
Bruna Souza Souto
Emilyn Alves Dias
Emmily Poliana figueira de lima
Gilvana da Rocha Freire
Hugo Henrique de Souza Martiniano
Juliana Maria dos Santos
Kássia Santos Góes
Laura Cavalcanti e Silva
Lorena Ferreira Melo
Marcela Mayne de Almeida Sial
Maria Carolina Beltrão Pimentel
Maria Eduarda Batista do Nascimento
Maria Eduarda de Moraes Oliveira
Maria Gabryella da Hora Moura
Myrella Maria de Sena
Nathália Melo Cavalcanti
Pedro Antônio Ribeiro da Silva
Rebeca Maria Teixeira Luz de Souza
Stviny Rubem Almeida de Oliveira
Társila Evelin Santos de Sena Oliveira
Thaís Gabrielle de Souza Silva
Vanessa Marques da Silva
Vitória Caroline Santana Chaves da Silva

Apresentação

No Brasil, além do Dia do Enfermeiro, entre os dias 12 e 20 de maio, comemora-se a Semana da Enfermagem, data instituída em meados dos anos 40, em homenagem a dois grandes personagens da Enfermagem no mundo: Florence Nightingale e Ana Néri, enfermeira brasileira e a primeira a se alistar voluntariamente em combates militares. Sendo assim, a Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS), juntamente com o Diretório Acadêmico Florence Nightingale (DAFN), realiza anualmente a semana de enfermagem, com pesquisadores de vários níveis de inserção institucional: docentes e discentes da graduação de enfermagem.

Como o principal objetivo da semana de enfermagem é fortalecer e valorizar a união de todos esses profissionais, o Diretório Acadêmico Florence Nightingale (DAFN) oferece a oportunidade da produção científica no campo da Enfermagem, a reflexão acerca das questões de desenvolvimento de projetos de pesquisa coletivos, promove oficinas, seminários e a participação em apresentações e eventos científicos.

Os Anais, assim como toda a programação científica da XV semana de enfermagem da FPS, foram cuidadosamente organizadas em eixos temáticos atualmente discutidos pela Enfermagem, ora apresentados de forma agregada e congregada, através de temas comuns que nos unem enquanto profissionais, independentemente de nossas distintas inserções práticas e de pesquisa, ora apresentados de forma especializada, objetivando aprofundar e encaminhar propostas de subáreas específicas da Enfermagem.

Foram submetidos 12 resumos distribuídos em 3 eixos. Destes, 12 foram aprovados, sendo 7 resumos correspondentes ao “Eixo 1: Valorização do conhecimento e competência de enfermagem”; 2 resumos correspondentes ao “Eixo 2: Desafios das redes de atenção à saúde frente às crises ambientais no Brasil”; e 3 resumos correspondentes ao “Eixo 3: Impactos e estratégias na promoção da equidade social na prática da enfermagem”. Estes Anais refletem o engajamento dos enfermeiros, estudantes, docentes e pesquisadoras e pesquisadores com o desenvolvimento e fortalecimento da Enfermagem.

Desfrutem e boa leitura.

Comissão Científica da XV Semana de Enfermagem da FPS.

SUMÁRIO

EIXO 1 - VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA DE ENFERMAGEM	7
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DA SIFILIS DURANTE A GESTAÇÃO.....	8
A EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO UM INSTRUMENTO NO PERFEIÇOAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	9
A ENFERMAGEM E SUA BUSCA POR VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO NO ÂMBITO SOCIAL.....	10
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PERFUSÃO DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE	13
EFETIVAR A EQUIDADE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	15
A ENFERMAGEM FRENTE A UM CASO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .	17
A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS NA REALIZAÇÃO DO PICC EM UTI NEONATAL.....	19
EIXO 2: DESAFIOS DAS REDES DE ATUAÇÃO À SAÚDE FRENTE ÀS CRISES AMBIENTAIS NO BRASIL	21
DIETA À BASE DE PLANTAS: UMA ALTERNATIVA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL PARA POPULAÇÕES ATENDIDAS EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA....	22
PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO ENSINO SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS EM POPULAÇÕES ATENDIDAS EM UMA UNIDADE BÁSICA PARA ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM.....	25
EIXO 3: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM	28
A PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM UMA RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	29
VIVENCIANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	31

CONSULTA DE ENFERMAGEM: ACOLHIMENTO DE PESSOAS VIVENDO COM
HIV/AIDS. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 33

**EIXO 1 - VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E COMPETÊNCIA DE
ENFERMAGEM**

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM NO TRATAMENTO DA SÍFILIS DURANTE A GESTAÇÃO

Mariana de Souza Pedrosa, Maria Eduarda Monteiro da Silva, Sandra Hipólito Cavalcanti.

Introdução: A sífilis é um problema de saúde pública que frequentemente atinge as gestantes, na Atenção Básica (AB), a realização da testagem é recomendada na primeira consulta do pré-natal ou primeiro trimestre, no terceiro trimestre da gravidez e no momento da internação para o parto ou em casos de abortos. A sífilis é transmitida pelo *Treponema pallidum*, através da relação sexual desprotegida ou contato com sangue contaminado. A gestante deve estar atenta a sintomatologia que passam por estágios, que podem evoluir de feridas indolores até lesões graves que podem levar a morte se não tratadas adequadamente. Os principais riscos da doença são: abortamento, parto prematuro, morte fetal, malformações, entre outros. Por isso, é fundamental que as gestantes tenham uma assistência adequada do enfermeiro. **Objetivo:** Avaliar a atuação do enfermeiro da Atenção Básica na assistência da sífilis durante a gestação. **Método:** Trata-se de um estudo com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico, onde realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Ministério da Saúde, para a seleção escolheram-se artigos publicados em português; artigos na íntegra e publicados nos últimos cinco anos. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores: “sífilis”, “gravidez” e “gestação”. **Resultado:** Os estudos mostram como o enfermeiro é o agente transformador dentro da AB na assistência à grávidas diagnosticadas com sífilis, pois além de diagnosticar precocemente, fornece o apoio adequado ao tratamento. **Discussão:** É notória a importância da atuação do enfermeiro na prevenção da sífilis gestacional, que além de orientar o sexo seguro e cuidados para não se contaminar com sangue infectado, precisa notificar a infecção às autoridades competentes e ainda ajudar no seguimento adequado do tratamento da gestante e seu parceiro. Até porque, o tratamento preconizado pelo Ministério da Saúde para a sífilis gestacional é a Penicilina Benzatina, que é considerado doloroso e passível de desistência e, como deve ser iniciado o mais rápido possível, para prevenir a transmissão vertical e garantir a saúde do bebê, deve ser bem supervisionado. **Considerações finais:** Conclui-se então, que a atuação do enfermeiro é essencial para a prevenção da sífilis na gestação e continuidade do tratamento, uma vez que ele é o profissional de ponta, capacitado para orientar e acompanhar o casal no pré-natal, pois está habilitado para detectar precocemente a doença e garantir o tratamento, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da mãe e seu filho.

Referências:

1 Boletim Epidemiológico de Sífilis. Número Especial | Out. 2022 Ano 6 – n.o 01

2 BRASIL. Ministério da Saúde. Sífilis na Gravidez. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/114programa_dst.pdf

3 Lima VC et al. Atuação dos enfermeiros da Estratégia Saúde da Família na prevenção da sífilis congênita: pesquisa de opinião em um município da região Nordeste. Cad. saúde colet. 30 (3). Jul-Sep 2022

A EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO UM INSTRUMENTO NO PERFEIÇOAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Clara Beatriz Monteiro da Silva, Alefe Pedro da Silva Gomes Myrella Maria de Sena,
Vitória Caroline Santana Chaves da Silva, Claudia Roberta Selfes de Mendonça, Sandra
Hipólito Cavalcante

Introdução: A Atenção Primária de Saúde (APS) é a porta de entrada para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), além das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Essas unidades estão próximas aos usuários e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, e a eles são ofertados toda assistência ligada a saúde coletiva, como: consultas de enfermagem, médicas e de saúde bucal, além de distribuição e administração de medicamentos, vacinas, curativos e outros serviços. Nesse contexto é notório que a APS propicia a resolução de grande parte das necessidades de saúde dos pacientes, e caso seja necessário, encaminha-os para outras RAS. Desse modo, é imprescindível que os profissionais estejam habilitados para fornecer uma assistência eficaz e de qualidade para os usuários da unidade, tendo em vista que constantemente o processo saúde-doença sofre alterações técnico-científica. E para que uma assistência de qualidade seja implementada nos atendimentos, faz-se necessário o treinamento e o aperfeiçoamento desses profissionais por meio do processo da Educação Continuada, que segundo a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) está destinada a aperfeiçoar a capacidade desses profissionais. Dessa forma, essa ferramenta proporciona um maior aprendizado para que esses profissionais ofertem um cuidado integral aos usuários, além de conceder um olhar mais holístico na resolução das necessidades da comunidade e minimizar as dificuldades dentro desse nível de atenção. **Relato de experiência:** Observou-se que os enfermeiros que buscam a Educação Continuada, ou seja, um aperfeiçoamento por meio das atividades oferecidas pelo governo, como encontros, palestras, cursos etc., tem uma maior desenvoltura crítica, pessoal e profissional, além de prestar uma assistência de qualidade aos usuários da USF e à comunidade. Esse instrumento de educação também proporciona um maior entendimento sobre o processo saúde-doença, o que auxilia o enfermeiro na sua tomada de decisão, além de criar estratégias para prevenção de doenças e promoção da saúde. **Considerações finais:** Comprova-se que os enfermeiros devem buscar constantemente, o conhecimento, tendo em vista que a APS é a porta de entrada dos usuários do SUS, então faz-se necessário uma constante atualização a nível de conhecimento para que os cuidados prestados sejam executados de forma eficaz. Urge, portanto que através desse relato, seja dada a devida relevância para a implementação da ferramenta Educação Continuada nos serviços que serão prestados durante as consultas de enfermagem na USF. Em que o enfermeiro detentor de notável atuação na atenção básica aprimore o atendimento para que alcance às necessidades da população.

Referências:

1. Silva ACA, Silva ALC. A Educação Continuada e Permanente em Enfermagem no Brasil: uma revisão integrativa. Rev Educação em Saúde. 2019;7(1):67-73.
2. Gonçalves CB, et al. A retomada do processo de implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. Saúde Debate. 2019;43(spe1):12-23.
3. Lopes MT, et al. Educação [continuada e] permanente em saúde: desafios e perspectivas. Interface (Botucatu). 2018;22(supl. 2):1295-1307.

A ENFERMAGEM E SUA BUSCA POR VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO NO ÂMBITO SOCIAL

Myrella Maria De Sena, Hugo Henrique de Souza Martiniano, Vitória Caroline Santana Chaves, Clara Beatriz Monteiro da Silva, Thalita luiza de souza, Sandra Regina Silva de Moura.

RESUMO

INTRODUÇÃO: Ainda que a atenção ao cuidado seja a principal preocupação da profissão de enfermagem, ao longo da história ela tem sido frequentemente subestimada e menosprezada. Para melhorar o status e a relevância da profissão, é essencial que haja reconhecimento e valorização em todo o país. Isso permitiria que a enfermagem ganhasse maior destaque e importância na sociedade. **OBJETIVOS:** Compreender a valorização da enfermagem no âmbito social. **MÉTODO:** Trata-se de uma análise integrativa de literatura que aborda a valorização, reconhecimento e destaque da profissão de enfermagem, com base em trabalhos publicados. **RESULTADO:** Diante dos estudos, observou-se que a valorização da enfermagem começou a ter apoio social após a pandemia. **DISCUSSÃO:** Os profissionais da enfermagem desempenham um papel fundamental na prestação de cuidados no sistema de saúde, no entanto, eles enfrentam muitos desafios que prejudicam o reconhecimento e a valorização da profissão. Contudo, há alguns aspectos significativos que podem ser encontrados e que têm o potencial de aumentar a visibilidade da enfermagem. **CONCLUSÃO:** A profissão de enfermagem tem desempenhado um papel crucial ao longo dos séculos, sendo responsável pelos cuidados essenciais para a manutenção da vida humana em sociedade. Atualmente, o clamor por reconhecimento da profissão tem se intensificado.

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO

Os profissionais de enfermagem são fundamentais em todas as atividades de cuidado, trabalham intensamente e representam o maior grupo na área da saúde no Brasil. Durante o período de 2020/2022, obtiveram visibilidade devido aos cuidados prestados no período pandêmico¹. Se faz necessário apoio e acompanhamento da sociedade às batalhas enfrentadas pelos profissionais da enfermagem. O reconhecimento da importância dessa classe começou a ser concretizado com a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2564/2020, que tem como objetivo estabelecer um piso salarial nacional para a categoria¹.

Portanto, torna-se fundamental o debate e a discussão de como enaltecer os enfermeiros no âmbito da prática de saúde. O objetivo deste estudo é compreender como a valorização da enfermagem pode ser alcançada em todo o país.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão da literatura publicada com caráter descritivo, apoiada nos artigos científicos sobre a valorização, reconhecimento e visibilidade da enfermagem. Possui como pergunta guia “o que os artigos publicados em base de dados, relatam sobre a valorização, reconhecimento e visibilidade da enfermagem?” Com base nas pesquisas de artigos indexados em bases de dados que incluem publicações de COFEN/COREN, LILACS, BVS e MEDLINE, datadas de 2019 até 2022. Com concordância dos seguintes descritores: reconhecimento, visibilidade, papel da enfermagem, pandemia, (PL) 2564/2020.

RESULTADO

Foram avaliados 10 artigos científicos em sua totalidade, os quais foram descartados de acordo com critérios de pertinência ao tema abordado neste artigo.

Nos artigos analisados, foi observado que, no Brasil, a falta de reconhecimento, financeiro e social, é uma realidade desta profissão. Além disso, verificou-se que a sociedade tem pouco conhecimento sobre as atividades e a relevância da assistência de enfermagem nos serviços de saúde. Apesar de todos os desafios enfrentados pela busca de visibilidade, o PL trouxe uma esperança para todo o corpo da enfermagem, contudo houve retrocesso devido aos trâmites institucionais².

DISCUSSÃO

De acordo com Gandra *et al.*, a enfermagem foi a profissão de destaque no enfrentamento à pandemia, tal momento trouxe à tona a discussão sobre as desigualdades, as precárias condições de trabalho, a remuneração insuficiente, a falta de segurança e outros aspectos que permeiam a profissão em questão, por mais que existam propostas de políticas que visem reconhecer o trabalho da enfermagem¹.

Constata-se que, ao longo da história, a enfermagem tem sido confrontada com um quadro extremamente desfavorável de condições laborais, frequentemente caracterizadas por ambientes insalubres e precários. Precisamos de estratégias de saúde efetivas para garantir melhores condições e proteger a vida dos profissionais da enfermagem³.

Com a pandemia, houve mais sobrecarga no sistema de saúde, não obstante, houveram extensas jornadas de trabalho movidas muitas vezes pela insalubridade, devido ao contágio do coronavírus, que ceifou 776 profissionais de enfermagem⁴.

Entretanto, a enfermagem nos dias atuais, deixou e deixa seu valor e importância marcados na história. A Campanha “*Nursing Now*”, mostrou para o mundo o valor dos cuidados desses profissionais⁵.

O objetivo de melhorar o reconhecimento da enfermagem resultou na aprovação da lei nº 14.434/2022, que define o piso salarial para todos os profissionais da área. Houve uma mobilização tanto profissional como social para alcançar tal reconhecimento, mas essa expectativa foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A enfermagem persiste na batalha por sua independência, com o objetivo de aumentar e aprimorar as pesquisas fundamentadas em evidências e o número de profissionais com especialização em mestrado, doutorado e pós-doutorado, o que é essencial para a sua autovalorização⁵.

CONCLUSÃO

Talvez estejamos presenciando uma mudança de cenário favorável para a enfermagem. A aprovação do PL é um sinal de esperança para a categoria, uma vez que reconhece a importância financeira do trabalho e mantém a carga horária. Assim, nota-se que a enfermagem está ganhando mais valorização, evidenciando que seu reconhecimento está sendo alcançado. Com isso, a demanda por mais visibilidade da profissão começa a ser atendida para assegurar a preservação dos direitos da categoria, que desempenha um papel fundamental nos cuidados de saúde da população brasileira. A enfermagem, ao longo dos séculos, construiu sua identidade profissional sendo responsável pelos cuidados essenciais para a manutenção da vida em sociedade. É crucial repensar as estratégias de valorização da enfermagem em todas as áreas de atuação, como ensino, pesquisa, assistência e gestão, para evidenciar a importância dessa profissão.

REFERÊNCIAS

1. GANDRA, E. C. Silva, K. L. Passos, H. R. Schreck, R.S.C.. Enfermagem Brasileira e a Pandemia da Covid-19: Desigualdades em Evidência. Esc Anna Nery 2021;25(spe):e20210058. Disponível em:
(<https://www.scielo.br/j/ean/a/ccWCPqt8ffm4fbDFvgb68gL/?format=pdf&lang=pt>)
2. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art.6
3. Perius de Brito V.P ., A Malta Carrijo,A.M.,Pinheiro Freire, N.,Ferreira do Nascimento, V.y Vilges de Oliveira, S.(2021). Aspectos epidemiológicos da COVID -19 sobre a enfermagem: uma análise retrospectiva. Población y Salud en Mesoamérica, 19(1). Disponível em:
(<https://comunica.ufu.br/noticia/2021/08/enfermagem-enfrenta-cenario-de-desvalorizacao-e-vulnerabilidade-durante-pandemia-de#:~:text=A1%C3%A9m%20da%20alta%20exposi%C3%A7%C3%A3o%20aos,aus%C3%A4ncia%20de%20programas%20e%20suportes>)
4. COFEN, Mortes entre profissionais de Enfermagem por Covid-19 cai 71%. Maio/2021. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/mortes-entre-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19-cai-71-em-abril_86775.html
5. Oliveira, K.K.D de. Freitas, R.J.M de. Araújo, J.L. de. Gomes, J. G. N. Nursing Now e o papel da enfermagem no contexto da pandemia e do trabalho atual, Artigo de Reflexão • Rev. Gaúcha Enferm. 42 (spe) • 2021 Disponível em:
(<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/qHtdSSQTsfqbkzjSQjPPgtB/?lang=pt>)

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA PERFUSÃO DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTE

Marcela Mayne de Almeida Sial, Claudiane Maria Urbano Ventura

Introdução: A assistência de enfermagem na captação de órgãos abdominais para transplante requer atribuições específicas e imprescindíveis para que o processo seja bem sucedido. A efetivação da doação está diretamente relacionada, dentre outros aspectos, à correta perfusão dos órgãos ofertados. Isso porque o fluxo da solução de preservação, o volume perfundido e a análise do enxerto pós-perfusão são fatores que influenciam na viabilidade do transplante e caracterizam-se como competências designadas à enfermagem. **Objetivos:** Analisar a assistência de enfermagem na perfusão de órgãos abdominais ofertados para transplante. **Metodologia:** O presente estudo se baseia na revisão integrativa da literatura. Para levantamento dos dados necessários para a pesquisa, no que tange aos artigos científicos foram restringidos aos de língua portuguesa e inglesa. Foram utilizadas as bases de dados Lilacs, Scielo e BDNF relacionando artigos selecionados com normatizações específicas sobre o tema central da pesquisa. **Resultados:** Após a análise dos estudos encontrados, foram selecionadas doze fontes científicas, sendo estas: dez estudos fontes de revisão de literatura, uma legislação e uma resolução de Conselho representativo de classe. **Discussões:** Através de análises dos dados fornecidos foram abordados os aspectos relacionados à atuação da enfermagem no processo de captação de órgãos abdominais para transplante, mencionando a importância da correta perfusão do fígado e dos rins com as soluções de preservação por meio da canulação da artéria Aorta abdominal e da veia Porta, nas quais são perfundidos, um total de quatro litros de solução com baixa concentração de minerais e tampão histidina. Além disso, faz-se necessário o conhecimento acerca dos tempos cirúrgicos, visando uma melhor sincronização do tempo de infusão e avaliação do enxerto pós-perfusão, a fim de analisar a superfície perfundida, observando aspectos relacionados à coloração e aos percentuais de esteatose hepática. **Considerações finais:** As soluções de preservação de órgãos apresentam a finalidade de dirimir a lesão por isquemia-reperfusão do enxerto, uma vez que diminuem o metabolismo dos órgãos e, conseqüentemente, a produção de radicais livres. Deve-se à enfermagem, o conhecimento dos tempos cirúrgicos, a fim de detectar o momento do clampeamento da artéria Aorta e sincronizar com o início da perfusão *in situ*, iniciando a partir daí, o tempo de isquemia fria do enxerto, no qual a enfermagem deve controlar o volume a ser perfundido nos dois principais vasos sanguíneos. Com isso, tem-se que três litros deverão ser perfundidos nos órgãos a serem captados, ainda na cavidade abdominal do doador, e um litro *ex situ*, ambos respeitando o tempo máximo exigido, a fim de conseguir uma perfusão homogênea, sendo observado o tempo de isquemia fria peculiar a cada órgão captado para doação. Além dessa atribuição, os profissionais de enfermagem devem realizar a análise dos órgãos perfundidos quanto à sua anatomia, no que concerne ao fígado, os dados referentes às bordas hepáticas e suas espessuras serem finas ou rombas, em busca de detectar possíveis superfícies mal perfundidas por influência de percentuais de esteatose hepática, com a finalidade de viabilizar o processo de transplante de órgãos.

Referências

1-Abdouni AA. Proteção miocárdica na cirurgia cardíaca-qual o método ideal? Arq.bras.cardiologia.[Internet].2020 [cited 2023 May 07];115(2):251-252.

2-Pimentel MR, Cavalcanti GF, Pimentel RR. Desempenho do enfermeiro no processo de doação e transplante de órgãos e tecidos. Rev. Acervo Saúde [Internet].2021 [cited 2023 May 07]; 13(3). Available from: <http://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/6438>

3-Carvalho EA, Faria SM, Ramos NR, Silva KR.Reamoção de órgãos sólidos para transplante: protocolo para enfermagem. Rev.Enfermagem [Internet].2019 [cited 2023 May 06]. Available from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/240837>

4-Silva KR, Carvalho EP, Resende CB. O processo de trabalho do enfermeiro em cirurgias de remoção de órgãos sólidos para transplante. Rev. Adm. hosp. Saúde. [Internet].2021. [cited 2023 May 06]; 18(1). Available from: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/rahis/article/view/6598>

EFETIVAR A EQUIDADE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ana Carla Castro Mendes, Alefe Pedro da Silva Gomes, Keisy Leal Campelo, Mayara Millena Silva de Andrade, Maria Eduarda Serafim, Cláudia Roberta Selfes de Mendonça

Introdução: Segundo a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída por meio da Portaria nº 1.060, de 5 de junho de 2002, faz-se necessário a inclusão de pessoas com deficiências (PCD's) nas redes de serviço do Sistema Único de Saúde (SUS). A atenção Primária de Saúde (APS) faz parte das unidades de assistência do SUS. Sendo a principal porta de entrada, é, portanto, responsável por promover saúde coletiva. Essas unidades de serviços prestam assistência às PCD's auditivas, porém percebe-se uma inaptidão dos profissionais de enfermagem na comunicação com esses pacientes resultando em uma má compreensão e em um atendimento inadequado. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a ferramenta de comunicação da comunidade surda no Brasil. É importante destacar que a comunicação é a base de qualquer relação de cuidados. Dessa forma, a comunidade surda precisa que a comunicação seja adaptada para atender às suas necessidades, como também o uso da LIBRAS é fundamental para a inclusão das PCD's auditivas. Por conseguinte, para que a assistência de enfermagem seja qualitativa e supram as necessidades dessa comunidade, é imprescindível que as barreiras sociais, especificamente as de comunicação, sejam reduzidas. Pois esses entraves sociais restringem a inclusão dessas pessoas gerando a experiência de desigualdade. **Relato de experiência:** Deste modo, podemos observar a improficiência no atendimento para PCD's auditivas nas Unidades Básicas de Saúde visto que, os profissionais de enfermagem e os agentes de saúde, são responsáveis pelo contato direto e constante com o paciente, porém não possuem capacitação adequada para que a atenção básica atenda as necessidades destas pessoas de forma qualitativa e equitativa como é proposto nos princípios e diretrizes do SUS. Durante uma reunião do Núcleo de apoio à saúde da família (NASF), observamos a falta de capacitação em libras da equipe de saúde, especialmente de enfermeiras, técnicas e agentes de saúde para atender às necessidades do paciente surdo, tendo o mesmo que procurar a atenção primária devido a dificuldade de comunicação. Esta carência também está presente no primeiro atendimento que o referido paciente tem ao chegar na UBS, pois os profissionais que o recepciona são incapazes de realizar um atendimento eficaz. **Considerações finais:** Tendo em vista que o Governo Federal oferece curso gratuito de capacitação em libras na modalidade presencial e online, faz-se necessário que os municípios tornem obrigatório que os profissionais de saúde, atuantes na atenção básica, submetam-se a tal capacitação para que possam conhecer a linguagem brasileira de sinais e assim poder proporcionar um ambiente acolhedor e competente à comunidade surda.

Referências:

1. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde MS [Internet]. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência; 2010 [citado 3 maio 2023]. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf.

2. Instituto Nacional de Educação de Surdos. INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos [Internet]. Curso de Libras; [citado 3 maio 2023]. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/curso-libras>.

A ENFERMAGEM FRENTE A UM CASO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA ADOLESCENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anna Teresa Oliveira Saturnino da Silva, Karla da Silva Ramos

Introdução: A Organização Mundial de Saúde publicou um relatório em 2018 estimando que 31% das mulheres entre 15 a 49 anos foram vítimas de violência sexual. ¹ Alguns dos pilares que constituem a Atenção Primária à Saúde (APS) são o conjunto de ações de promoção, prevenção de agravos e manutenção da saúde. ² Nessa conjuntura, os profissionais de enfermagem e equipe multidisciplinar da Unidade Básica de Saúde, compreende o cuidado desde seu acolhimento à proteção dos pacientes em situações graves, sendo fundamental sua capacitação acerca de legislações, posicionamento, bem como a imprescindibilidade de apossar-se de um referencial teórico-analítico, tornando-se habilitado para compreender o problema, considerando sua complexidade e diferentes faces da temática em questão.³ **Relato de experiência:** A experiência vivenciada aconteceu em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), na cidade do Recife, no período do segundo semestre de 2022. Como de rotina no estágio, havia um dia para que fosse realizado exames citopatológicos de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde (MS). Tal dia, foi marcado com por uma situação atípica, na qual uma adolescente adentrou na UBS ansiando conversar com a enfermeira e realizar o exame. Quando chegada sua vez, durante o preenchimento da requisição a paciente alegou ter 16 anos - pelo MS, a jovem não tinha idade mínima para coletar a amostra. A enfermeira informou que, pela sua idade, não poderia executar o exame e explicou detalhes. Diante da conversa, a jovem sentiu-se confortável e relatou o motivo pelo qual estimava efetuar o rastreio: a mesma teria sido vítima de violência sexual coletiva há meses antecedentes a presente consulta e não tomou nenhuma providência após o ocorrido. Defronte ao caso, é válido mencionar a contribuição e conhecimento da enfermeira para conduzir a problemática, consistindo na escuta e conversa ativa, humanizada e empática, além de ações educativas, como por exemplo, orientações para o caso. Ademais, a equipe multidisciplinar foi acionada com a finalidade de elaborar um plano de ação, logo, a jovem foi encaminhada para conversar com a psicóloga da UBS, e posteriormente houve o preenchimento da ficha de notificação. **Considerações finais:** Situações atípicas como essa, na Atenção Primária à Saúde, impactam a todos. Foi de suma importância a escuta empática da enfermeira, na qual foi identificada a necessidade de uma assistência interdisciplinar, a fim de nortear o diagnóstico, acompanhamento, tratamento e prevenção de agravos, contribuindo para a construção positiva da autoimagem da adolescente, uma vez que influencia em sua conjuntura biopsicossocial e vida sexual. Dessa forma, é corroborado a amplitude da assistência da enfermagem consolidando com seus princípios éticos e humanísticos à saúde em sua integralidade, assim como, ressalta-se a relevância em formar profissionais e discentes competentes e empenhados socialmente no enfrentamento da problemática supramencionada.

Referências:

1. Ferreira H, Coelho DSC, Cerqueira DR de C, Alves P, Semente M. Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados (Publicação preliminar). <http://www.ipea.gov.br> [Internet]. 2023 [cited 2023 May 7]; Available from: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11814>

2. Gomes Da Silva J. MINISTÉRIO DA SAÚDE Instituto Nacional de Câncer [Internet]. 2016. Available from: https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/diretrizesparaora-streamentodocancerdocolodoutero_2016_corrigido.pdf
3. Silva LMP da, Ferriani M das G de C, Silva MAI. Atuação da enfermagem frente à violência sexual contra crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2011 Oct;64(5):919–24. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000500018>

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE ENFERMEIROS NA REALIZAÇÃO DO PICC EM UTI NEONATAL

Clara de Holanda Braga, Maryanne Cardoso Jordão Silva, Irene Juliane de Sena Santos,
Maria Eduarda Saldanha Cabral, Claudiane Maria Urbano Ventura

Introdução: O PICC – (Peripherally Inserted Central Catheter) é “confeccionado em materiais bioestáveis e biocompatíveis (silicone e poliuretano), inserido por meio de veia periférica e posicionado na veia cava superior ou inferior.”¹. O uso do PICC tem como finalidade “a promoção da terapia intravenosa garantindo a preservação da rede venosa periférica, diminuindo o estresse, dor e desconforto gerado por múltiplas venopunções”² (COFEN, 2017).

Metodologia: O presente estudo se baseia na revisão integrativa da literatura. Para levantamento dos dados necessários para a pesquisa, os artigos científicos foram restringidos aos de língua portuguesa e inglesa. Utilizamos as bases de dados Lilacs, Scielo e BDEF relacionando artigos selecionados com normatizações específicas sobre o tema da pesquisa.

Resultados: Esta revisão foi embasada em evidências científicas sobre a importância e a relevância de ter um profissional da enfermagem habilitado em Cateter Central de Inserção Periférica (PICC) na Assistência de Enfermagem em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal.

Discussões: Durante o cuidado de recém nascidos, o manejo de pacientes que necessitam de terapia endovenosa exige dos enfermeiros cuidados e habilidades intrínsecas, tais como: o conhecimento de “características anatômicas e fisiológicas, bem como desenvolver diretrizes assistenciais que embasam a prática. Nessa perspectiva, é imprescindível que os enfermeiros utilizem evidências científicas que norteiem uma prática segura na utilização dos diversos tipos de dispositivos intravenosos”³. (Oliveira C.R de. et al, 2014) O PICC, ou Cateter Central de Inserção Periférica, é uma prática realizada pelos enfermeiros com intuito de prevenir risco de complicações advindas da técnica do Acesso Venoso Central (AVC). Podemos afirmar que durante o período de internação hospitalar os riscos de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), aumentam significativamente devido aos recém nascidos possuírem um sistema imunológico fragilizado tanto pela condição da patologia congênita ou anomalia em si, quanto ao fator da prematuridade e a diminuição de anticorpos presentes em seu organismo. Porém, para realizar a implantação do Cateter Central de Inserção Periférica, o enfermeiro precisa de uma capacitação específica, geralmente ofertada através de cursos em universidades e hospitais escolas, sendo o público alvo profissionais graduados, são necessários também programas de educação continuada. Além do conhecimento quanto ao procedimento, alguns fatores que podem determinar a recomendação do uso de Cateter Central de Inserção Periférica seriam: o “diagnóstico médico, plano terapêutico (com destaque para a antibioticoterapia e a concentração das soluções), prematuridade extrema, baixo peso, obesidade e tempo prolongado de internação”³ (Oliveira C.R de. et al, 2014). O êxito no uso do PICC em Unidades de Terapia Intensiva Neonatais exige que haja uma Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) rígida durante os períodos de indicação, cuidados de manutenção e a remoção do dispositivo para que não ocorram intercorrências. **Considerações finais:** Apesar da oferta de cursos de especialização e educação continuada, ainda são poucos os enfermeiros habilitados para realizar este método. A presença destes profissionais é de extrema importância para que haja uma assistência mais adequada para os clientes em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). É importante considerar, também, a necessidade do enfermeiro estar em constante atualização sobre o procedimento.

Referências:

1. liveira CR, Neve ET, Rodrigues E da C, Zamberlan KC, Silveira A da. Cateter central de inserção periférica em pediatria e neonatologia: possibilidades de sistematização em hospital universitário. Esc Anna Nery [Internet]. 2014 Jul;18(3):379–85. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140054>.
2. COFEN. PARECER DE CONSELHEIRO FEDERAL Nº 243/2017/COFEN Conselho Federal de Enfermagem - Brasil [Internet]. 2023 Mai;06.
3. Oliveira CR de, Neve ET, Rodrigues E da C, Zamberlan KC, Silveira A da. Cateter central de inserção periférica em pediatria e neonatologia: possibilidades de sistematização em hospital universitário. Esc Anna Nery [Internet]. 2014 Jul;18(3):379–85. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140054>.

**EIXO 2: DESAFIOS DAS REDES DE ATUAÇÃO À SAÚDE FRENTE ÀS CRISES
AMBIENTAIS NO BRASIL**

DIETA À BASE DE PLANTAS: UMA ALTERNATIVA SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL PARA POPULAÇÕES ATENDIDAS EM UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Ana Maria Nascimento Marques Amorim, Giovanna de Abreu Castro, Maria Luiza Marques Mateus Moreira Maria Eduarda Cabral Mergulhão de Souza, Karla da Silva Ramos

Resumo

Introdução: A promoção da saúde é o ponto central da Atenção Básica e a orientação de uma alimentação saudável e adequada é uma das principais ferramentas utilizadas pelas equipes que atuam nas Unidades Básicas de Saúde. A enfermagem tem papel primordial na prevenção e combate aos agravos de diversas enfermidades, incluindo as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, que poderiam, de certo modo, serem evitadas por meio de uma dieta à base de plantas. Esse tipo de alimentação, além de saudável, é mais sustentável, uma vez que a produção de alimentos de origem animal gera diversos impactos negativos no meio ambiente. **Relato de experiência:** De acordo com a vivência de estágio em Unidade de Saúde da Família, foi observada a falta de conhecimento da enfermeira preceptora acerca dos benefícios de uma dieta à base de plantas, principalmente para os pacientes acometidos por DCTNs. **Considerações finais:** A falta de conhecimento sobre os diversos prejuízos de alimentos de origem animal piora os danos à saúde dos pacientes e do meio ambiente.

Resumo expandido

Introdução

Seguindo as ações da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)¹, os enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde (UBS) atuam na promoção, prevenção e recuperação da saúde, principalmente da população de baixa renda do Brasil. Dentre as diversas estratégias de promoção da saúde, o estímulo a uma alimentação saudável e adequada se destaca como forma de prevenção de diversas enfermidades, incluindo Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCTN), que, em 2019, levaram mais de 730 mil pessoas a óbito no país². Para garantir a promoção de uma alimentação adequada e saudável, ações governamentais, como a criação e estabelecimento da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)³ e o lançamento do Laboratório de Inovação – Incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras (LIS-FLV)⁴, são primordiais.

Uma vez que a alimentação causa impacto direto no meio ambiente, faz-se necessário evidenciar a importância de práticas alimentares sustentáveis. Diante disso, é importante destacar que a produção de alimentos vindos da agricultura industrial gera danos ao meio ambiente em diversos aspectos, incluindo poluição e desperdício de água, consumo excessivo de energia, contaminação do solo por uso de pesticidas e fertilizantes químicos, geração de resíduos e desmatamento⁵. Além disso, o consumo de alimentos de origem animal está intimamente relacionado à destruição dos recursos naturais, visto o uso excessivo de terras, contaminação de água potável por nitratos potencialmente cancerígenos e destinação de quase metade de todos os grãos produzidos no mundo para alimentação de animais⁶. A pecuária é a principal atividade responsável pelo desmatamento da Amazônia brasileira, convertendo milhares de hectares em áreas de pasto e contribuindo com significativa emissão de combustíveis fósseis⁷.

Além das questões ecológicas, o consumo frequente de carne, principalmente vermelha e processada, aumenta os riscos de desenvolvimento de DCNTs, como câncer de intestino, doenças cardiovasculares e diabetes⁸. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) orienta o consumo de cinco porções de frutas e vegetais por dia, pois tal prática diminui os riscos de doenças cardíacas e infarto⁸.

Em termos de sustentabilidade, dietas à base de plantas contribuem para uma menor emissão de gases poluentes, menor consumo de recursos naturais, como água e solo, e redução do desmatamento, diminuindo a perda de biodiversidade⁸. Sendo assim, dietas à base de plantas são, portanto, uma alternativa viável para a saúde da população e preservação do meio ambiente sob a perspectiva ecológica, econômica e nutricional.

Relato de experiência

O contexto sociocultural e econômico favorece alimentação sem grandes variedades de produtos alimentícios e, em muitos casos, com baixo teor nutricional, levando a população ao adoecimento. Grande parte dos pacientes atendidos na Unidade de Saúde da Família (USF) em questão frequentam o serviço para acompanhamento de DCNTs, principalmente hipertensão arterial e diabetes, no qual a consulta de enfermagem é primordial para orientações quanto à alimentação, estilo de vida e uso de medicamentos.

Durante o atendimento de HiperDia, a enfermeira realizava medidas antropométricas (peso, altura e índice de massa corporal), aferição da pressão arterial e glicemia capilar, além de fornecer as orientações supracitadas. Quanto à alimentação, a enfermeira explicava a importância de consumir frutas, vegetais e fibras, diminuir a ingestão de gorduras, sal e açúcar, aumentar a ingestão hídrica e regular o consumo de carboidratos simples, como macarrão, pães e bolachas. Em termos de proteínas, a profissional estimulava o consumo de fontes animais, como carnes e ovos, destacando esses produtos como indispensáveis. Foi observado, contudo, que não havia instruções quanto a fontes de proteínas vegetais, tais como as leguminosas, sendo o feijão citado apenas como fonte de ferro. Apesar disso, a enfermeira orientava os pacientes sobre os benefícios de consumir frutas e vegetais sazonais e de adquirir esses produtos de pequenos comércios locais.

As orientações da profissional estavam apenas parcialmente de acordo com as instruções de Segurança Alimentar e Nutricional trazidas na PNAN, que destaca como alicerce do direito à alimentação adequada e saudável “práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”³. Foi constatado que a enfermeira não tinha conhecimento sobre os impactos na saúde dos pacientes e do meio ambiente devido ao consumo indiscriminado de produtos de origem animal, evidenciado pela constante orientação de consumo de carnes, principalmente em pacientes que já foram diagnosticados com alguma DCNT. Não houve nenhuma orientação quanto à relação entre o consumo de alimentos de origem animal e a poluição e desperdício de água, recurso que se mostra escasso para população econômica e socialmente mais vulnerável como a atendida pela USF em questão.

Conclusão

Pode-se perceber que a falta de conhecimento sobre os diversos impactos dos produtos de origem animal para as pessoas e para o meio ambiente leva os profissionais a darem orientações desatualizadas e ou inadequadas sobre alimentação, contribuindo com o aumento do consumo desses produtos e levando, possivelmente, ao surgimento de novos casos de DCNTs e à piora das questões ambientais.

Referências

1. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica [Internet]. 2012 [cited 2023 Apr 15]. Available from: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>
2. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Vigitel Brasil 2020: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2020 [Internet]. 2021 [cited 2023 Apr 15]. Available from: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/relatorio-vigitel-2020-original.pdf>
3. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição [Internet]. 2013 [cited 2023 Apr 15]. Available from: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
4. Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Organização Panamericana da Saúde, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Programa Mundial de Alimentos/Centro de Excelência Contra a Fome. Laboratório de Inovação: incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras [Internet]. 2022 [cited 2023 Apr 15]. Available from: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55725>
5. Marlow HJ, Hayes WK, Soret S, Carter RL, Schwab ER, Sabaté J. Diet and the environment: does what you eat matter? The American Journal of Clinical Nutrition [Internet]. 2009 May [cited 2023 Apr 15];89(5):1699S1703S. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0002916523238472?via%3Dihub>
6. Leitzmann C. Nutrition ecology: the contribution of vegetarian diets. The American Journal of Clinical Nutrition [Internet]. 2003 Sep [cited 2023 Apr 15];78(3):657S659S. Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S000291652203369X?via%3Dihub>
7. Rivero S, Almeida O, Ávila S, Oliveira W. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. Nova Economia [Internet]. 2009 [cited 2023 Apr 15]; Available from: <https://www.scielo.br/j/neco/a/jZHjd9B8ZghY7tG9G7qchTk/?lang=pt>
8. Organização Mundial da Saúde. Plant-based diets and their impact on health, sustainability and the environment: a review of the evidence: WHO European Office for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases [Internet]. 2021 [cited 2023 Apr 15]. Available from: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/349086>.
9. Bortolini GA, Oliveira TFV, Silva SA, Santin RC, Medeiros OL, Spaniol AM, et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. Pan American Journal of Public Health [Internet]. 2020 [cited 2023 Apr 15];44. Available from: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2020.v44/e39/pt>

PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE AO ENSINO SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS EM POPULAÇÕES ATENDIDAS EM UMA UNIDADE BÁSICA PARA ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Giovanna de Abreu Castro, Ana Maria Nascimento Marques Amorim, Maria Eduarda Cabral Mergulhão de Souza, Maria Luiza Marques Mateus Moreira, Karla da Silva Ramos

Resumo

Introdução: A saúde ambiental influencia diretamente na saúde do homem, uma vez que a qualidade do ambiente em que as pessoas vivem afeta o seu processo saúde doença. As desigualdades socioambientais refletem um problema global, sendo um importante desafio para a promoção da justiça social e da saúde pública. No Brasil, um dos maiores problemas enfrentados pela população é a falta de saneamento básico e acesso à coleta de esgoto, contribuindo para o surgimento de doenças infecciosas. Sendo assim, a atuação da atenção básica, porta de entrada do SUS, é crucial para garantir a saúde da comunidade. **Relato de experiência:** Através do cadastramento das famílias na unidade básica de saúde, se obtém todas as informações referentes ao saneamento básico, coleta de esgoto, tipo de moradia e mapeamento das áreas de risco. Os preceptores de enfermagem não estimularam os acadêmicos de enfermagem a formarem um pensamento crítico acerca da relevância dessa questão social e como ela afeta a saúde da população atendida naquela unidade, mesmo com as consultas e as visitas domiciliares. **Considerações finais:** O ensino sobre a relevância das crises ambientais para acadêmicos de enfermagem colabora para uma formação de profissionais mais conscientes e críticos.

Resumo expandido

Introdução

Os debates acerca das questões ambientais e como elas impactam o mundo estão sendo cada vez mais intensificados através do processo de globalização. A saúde ambiental é um conjunto de ações que possui um objetivo comum: a preservação do meio ambiente e a compreensão da realidade dos problemas que afetam o ecossistema.¹ Assim, pode-se destacar a relação entre a saúde ambiental e a saúde das pessoas, pois a qualidade do ambiente em que o ser humano vive afeta diretamente na sua qualidade de vida e no processo saúde-doença. As desigualdades socioambientais estão relacionadas às diferenças sociais e econômicas, que estão relacionadas com fatores como raça, gênero, classe social e localização geográfica. As crises ambientais contribuem para o surgimento de patologias como doenças respiratórias, gastrointestinais, doenças cardiovasculares, câncer, distúrbios hormonais e doenças infecciosas.^{2,3}

Em todo o mundo, a falta de saneamento básico (SB) é um dos principais fatores que acarretam doenças, principalmente nas populações vulneráveis. A falta de SB é um dos maiores problemas enfrentados no Brasil, evidenciado pelas condições precárias de moradia, a falta de acesso à água potável e à coleta de esgoto, além de outros fatores socioeconômicos que contribuem para o aumento de doenças infecciosas, parasitárias e outras enfermidades.⁴ De acordo com um relatório recente do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS)

de 2020, cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso aos serviços de coleta de esgoto e cerca de 35% da população brasileira não tem acesso à água tratada.⁵

Em se tratando de assistência primária, a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), onde deve ser ofertado a prevenção, promoção, diagnóstico e tratamento para as doenças mais comuns, contudo para esta assistência ser prestada se faz necessário o conhecimento das condições sociodemográficas da área de moradia, este reconhecimento se faz através do cadastro, onde registra-se os dados sociais, bem como as condições sanitárias da área, permitindo com isto o conhecimento prévio das condições sanitárias onde esta família reside.

Relato de experiência

Durante os anos de 2021 e 2022, a prática de enfermagem foi vivenciada nas unidades básicas de saúde (UBS) do Recife. Através dos estágios, observou-se nas consultas de pré-natal, puericultura, saúde da mulher e até mesmo hiperdia, ou ainda, nas visitas domiciliares que não eram abordadas perguntas como: tipo de moradia, acesso ao SB e coleta de esgoto, consumo de água tratada ou através de poços, realização do processo correto de higiene dos alimentos e entre outras questões que podem contribuir para o surgimento de doenças, devido ao fato deste conhecimento ser intrínseco, baseado no cadastro da moradia e no conhecimento do perfil da comunidade. Contudo ao ser identificado alguma situação nas consultas ou nas visitas domiciliares, que poderiam ter sido desencadeada decorrente as más condições sanitárias, é realizado notificação a vigilância epidemiológica, para acompanhamento e encaminhamentos que se façam necessários.

Mesmo com a relação entre processo saúde doença e questões socioambientais, não foi vivenciado a realização de orientações para estratégias de promoção e prevenção dos agravantes de saúde relacionados à falta de SB e à má higiene dos alimentos devido à procedência dos produtos na mesma intensidade em que foi observada a realização de palestras para a prevenção de hipertensão, diabetes, câncer de mama, colo de útero e câncer de próstata, assim como também não os preceptores não estimularam os acadêmicos a compreender a relevância das crises ambientais e como abordá-las a nível de AB

Conclusão

A atuação da enfermagem é indispensável para erradicar as consequências da desigualdade socioambiental na saúde das pessoas. Nesse contexto, os enfermeiros devem estar atentos às condições de vida da população, realizando nas visitas domiciliares a identificação das possíveis fontes de contaminação e orientando sobre as medidas básicas de higiene pessoal e ambiental como lavagem das mãos, consumo de água potável, higienização correta dos alimentos e limpeza dos ambientes.

Além disso, é de extrema importância incentivar a participação da comunidade no processo saúde-doença, através da mobilização social em parceria de profissionais de saúde, organizações não-governamentais e entidades públicas, em prol de ações que deem visibilidade aos impactos negativos das crises na saúde da população e nos grupos mais vulneráveis, para que, assim, os princípios do SUS sejam ofertados.

É importante destacar que o conhecimento por parte dos estudantes de enfermagem deve ser estimulado e que a AB precisa ofertar uma assistência integral, interferindo em todas as necessidades do paciente, para haver uma melhor atuação destes no seu papel de educador. O ensino sobre a relevância das crises ambientais para acadêmicos de enfermagem colabora para uma formação de profissionais mais conscientes e críticos, levando a uma atuação mais integrada entre a saúde e o meio ambiente, com uma abordagem mais ampla e preventiva da saúde.

Referências

1. Souza, Cinoélia Leal de, et al. “AMBIENTE E SAÚDE NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA a SAÚDE / ENVIRONMENT and HEALTH in the CONTEXT of EDUCATIONAL PRACTICES in PRIMARY HEALTH CARE.” *Brazilian Journal of Development*, vol. 6, no. 9, 2020, pp. 71792–71811, ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17212, <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-575>, Accessed 6 May 2023.
2. Gutierres, Évilin Diniz, et al. “Ações de Enfermagem Com Foco No Meio Ambiente/Sustentabilidade Visando à Promoção Da Saúde Dos Indivíduos.” *Research, Society and Development*, vol. 9, no. 6, 2020, p. 90, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7435495>. Accessed 6 May 2023
3. Bessa, Marcelino, et al. “IMPLICAÇÕES DO LIXO NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA: UM RELATO de EXPERIÊNCIA.” *Revista Saúde E Meio Ambiente*, vol. 11, no. 2, 2020, pp. 50–60, <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/11151> Accessed 6 May 2023.
4. Pereira, Ricardo de Carvalho, et al. “RELAÇÃO ENTRE SAÚDE AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO.” *Revista Científica FAEMA*, vol. 9, no. 2, 15 Dec. 2018, pp. 852–854, repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2244/1/document%20%282%29.pdf, <https://doi.org/10.31072/rcf.v9i2.656>, Accessed 15 Sept. 2021.
5. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Diagnóstico Temático - Visão Geral do Abastecimento de Água e do Esgotamento Sanitário. 2021. Disponível em: http://antigo.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.
6. Cazelli WM. O papel da atenção básica à saúde na promoção do saneamento básico. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6195/1/Wallace%20de%20Medeiros%20Cazelli.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

**EIXO 3: IMPACTOS E ESTRATÉGIAS NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE SOCIAL
NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM**

A PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM SOBRE A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO EM UMA RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Linda Inês Mariano Martins da Silva, Rebeca Dayane Soares da Silva, Emilly Vitória Ferreira de Moraes, Beatriz dos Santos Esteves, Maria Gabryella da Hora Moura, Thaisa Alves de Araújo

Introdução: O Ministério da Saúde define o Serviço Residencial Terapêutico (SRT), ou residência terapêutica, como casas situadas em áreas urbanas, formuladas para atender as necessidades de moradia de pessoas com transtornos mentais graves.¹ Em consonância, a Portaria N° 3.588, de 21 de dezembro de 2017, complementa a esse conceito, definindo SRT Tipo I as moradias destinadas a pessoas com transtornos mentais em processo de desinstitucionalização, que devem acolher até no máximo dez moradores.² Em suma, são lares, definitivos ou temporários, que estão vinculados aos serviços especializados em saúde mental, objetivando a promoção da reabilitação biopsicossocial e a reinserção desses indivíduos na sociedade. Além disso, a proteção e os direitos desses pacientes psiquiátricos, no que tange à assistência e promoção da saúde, são assegurados por lei, representando um marco importante para a reforma psiquiátrica.³ Ante o exposto, destaca-se que o papel do enfermeiro capacitado, dentro dessas moradias, é fundamental para o reconhecimento das necessidades assistenciais e planejamento das intervenções de enfermagem de forma resolutiva, pois estabelecem um relacionamento terapêutico e sistematizam as ações de cuidado, contribuindo para a melhora do estado de saúde. **Relato de experiência:** Durante a vivência na Prática em Atenção Primária, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Camaragibe, foi observada a importância da atuação do enfermeiro na promoção em saúde da população com transtornos mentais, através de uma visita a uma residência terapêutica. Nessa visita, a enfermeira preceptora apresentou uma moradia com nove residentes, que são assistidos por quatro cuidadoras. Nesse contexto, foi observado que tanto o acompanhamento em saúde, como a busca da melhoria da qualidade de vida desses usuários, é realizado pela equipe multidisciplinar da UBS, concomitante ao Núcleo de Assistência às Famílias (NASF). Além disso, foi evidenciado o papel do enfermeiro enquanto promotor de saúde, executando atividades como: atualização da caderneta de vacinação; análise geral da situação de saúde, com avaliação nutricional para detecção de comorbidades; cuidados referentes a feridas; encaminhamento para especialistas de acordo com as necessidades individuais; capacitação das cuidadoras nas ações de cuidado individualizado para cada paciente, entre outros. Durante a visita observou-se também o diferencial no atendimento da enfermeira, a humanização, que contribui positivamente para a reabilitação dos pacientes. **Considerações finais:** O Serviço Residencial Terapêutico (SRT), apesar de ser pouco conhecido pela sociedade, é de suma importância na reestruturação da saúde mental dos indivíduos. Diante do exposto apresentado, a atuação do enfermeiro nesses serviços torna-se ainda mais pertinente, visto que as ações de cuidados de enfermagem auxiliam na reabilitação biopsicossocial. Ademais, é importante salientar o papel desse profissional no que se refere ao processo de implementação das residências terapêuticas, visto que dispõe de práticas integrativas em saúde e reabilitação de pessoas acometidas de transtorno mental.

Referências Bibliográficas:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 106, de 11 de fevereiro de 2000. Considera a necessidade da reestruturação do modelo de atenção ao portador de transtornos mentais, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS [Internet]. 2000. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizesConsolidacao/comum/4437.html#:~:text=%5BArt.,ao%20portador%20de%20transtornos%20mentais>
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria n. 3588, de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil [Internet]. 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html
3. Brasil. Ministério da Saúde. Lei n.º 10216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União [Internet], 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm#:~:text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20mental.

VIVENCIANDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Emilly Vitória Ferreira de Moraes, Beatriz dos Santos Esteves, Linda Inês Mariano Martins da Silva, Rebeca Dayane Soares da Silva, Maria Gabryella da Hora Moura

Introdução: Os enfermeiros desempenham um papel importante como educadores quando se trata da saúde, atuando como transformadores sociais, visto que a partir dos preceitos da educação em saúde, podem modificar positivamente a realidade das pessoas¹. A educação em saúde tem como finalidade promover a autonomia dos indivíduos no seu cuidado, favorecendo a minimização de riscos e possibilitando um estilo de vida mais saudável². Na Atenção Primária a Saúde, o enfermeiro deve prestar atenção integral às mulheres, realizar consulta de enfermagem, coleta de citopatológico, exame clínico das mamas, solicitar exames complementares e prescrever medicações, conforme protocolos.³⁻⁴ Nesse contexto, o enfermeiro tem a possibilidade de utilizar ferramentas educativas para orientar de forma eficaz os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente aqueles que estão em condição de vulnerabilidade por fatores sociais, étnicos, culturais e econômicos, favorecendo a conscientização, com responsabilidade pessoal e social, como também, viabilizando a melhora da qualidade de vida das mulheres que encontram-se nessa situação.⁵

Relato de Experiência: Ao vivenciarmos a Prática em Atenção Primária (PAP), na Unidade Básica de Saúde (UBS), na cidade de Jabotão dos Guararapes, que assiste às populações vulneráveis, principalmente no contexto socioeconômico, ao longo das consultas de enfermagem, identificou-se que as mulheres amparadas pela UBS possuíam conhecimento escasso acerca do exame citopatológico e sobre os métodos contraceptivos. Nessa perspectiva, foram observadas as práticas educativas adotadas pela enfermeira na consulta de enfermagem para proporcionar a compreensão das usuárias. Durante os atendimentos, destacou-se o estabelecimento da comunicação interpessoal eficaz, minimizando o uso de termos técnicos, substituindo por palavras do cotidiano das usuárias. Além disso, utilizou-se do recurso da simulação e demonstração, de forma lúdica, como por exemplo, o uso do aplicador de pomada intravaginal, em conjunto com a explicação do aprazamento da aplicação. Sobre os métodos contraceptivos, foram apresentadas suas diversas formas enfatizando a importância do uso e, ao final da consulta, era solicitado que as mulheres explicassem o que haviam compreendido.

Considerações finais: É evidente a importância da educação em saúde como ferramenta para a promoção da equidade social. Diante da atual conjuntura, se faz necessário o cumprimento das políticas públicas em relação à saúde das mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vista que essa parcela da sociedade possui maior dificuldade de acesso às informações relacionadas à saúde. Além disso, a capacitação dos profissionais em relação a essa temática é de extrema importância para que os tornem sempre aptos a atuarem de maneira a garantir a integralidade do cuidado.

Referências:

1. Costa DA da, Cabral KB, Teixeira CC, Rosa RR, Mendes JL de L, Cabral FD. Enfermagem e a educação em saúde - Nursing and health education. Rev Cient Esc Estadual Saúde Pública Goiás Cândido Santiago [Internet]. 2020;6(3):6000012. Available from: <http://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/234/90%0Ahttp://fi-admin.bvsalud.org/document/view/nt33e>

2. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS; 2006.
3. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências [Internet].
4. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica : Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 230 p. : il. ISBN 978-85-334-2360-2 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf
5. Fittipaldi ALM, O'Dwyer G, Henriques P. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. Interface (Botucatu). 2021; 25: e200806 <https://doi.org/10.1590/interface.200806>

CONSULTA DE ENFERMAGEM: ACOLHIMENTO DE PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kárcio Henrique Carneiro Alves, Maria Eduarda Pereira Borges, Rubiane Gouveia de Souza e Silva

Resumo

Introdução: O HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) é um vírus que ataca o sistema imunológico do organismo, tornando-o vulnerável a infecções oportunistas e doenças graves. É transmitida através do contato com sangue, sêmen, fluidos vaginais e leite materno infectados pelo vírus. Embora não haja cura para o HIV, a terapia antirretroviral (ARV) pode controlar a infecção e prevenir a progressão para AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida), o estágio mais avançado da doença. A conscientização sobre a prevenção e tratamento do HIV é fundamental para reduzir a propagação da doença e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem com HIV/AIDS. **Relato de caso ou experiência:** A consulta começa com o usuário falando sobre seus sentimentos em relação ao diagnóstico. Ele ilumina a diferença entre HIV e AIDS porque, mesmo com um diagnóstico abrangente, permanecem informações desatualizadas que levam à alienação e muitas vezes impedem o tratamento adequado e/ou a não adesão. Como resultado, outros serviços de atendimento especializado, como psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais, foram ampliados para fornecer aconselhamento equitativo com base no diagnóstico. **Considerações finais:** Com isso, notasse que a atenção básica é primordial para garantir a qualidade, acesso e manejo.

Resumo Expandido

Introdução:

HIV é a sigla de vírus da imunodeficiência humana. O vírus do HIV ataca o sistema imunológico, que é responsável pela defesa do organismo contra doenças. É transmitida através do contato com sangue, sêmen, fluidos vaginais e leite materno infectados pelo vírus. Embora não haja cura para o HIV, a terapia antirretroviral (ARV) pode controlar a infecção e prevenir a progressão para AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida), o estágio mais avançado da doença. Apesar do desenvolvimento da biotecnologia, o tema HIV/AIDS envolve muito preconceito e falta de conhecimento. O tabu ainda perdura na sociedade, dificultando a discussão do tema e dificultando o processo de prevenção.¹

A Atenção Básica favorece o vínculo terapêutico com as pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHIV), promovendo um estilo de vida saudável e a avaliação e identificação dos fatores de risco para outros agravos crônico-degenerativos (diabetes mellitus, hipertensão arterial, osteoporose, entre outros).

O acolhimento é uma prática presente em todas as relações de cuidado, nos encontros reais entre trabalhadores de saúde e pessoas atendidas no SUS, nos atos de receber e escutar, podendo acontecer de formas variadas.² O Enfermeiro, neste cenário, exerce atividades como a consulta de Enfermagem, acolhimento e atenção aos indivíduos e suas famílias, planejamento e gerenciamento de atividades.

No contexto da consulta de Enfermagem, sendo a mesma atividade privativa do profissional enfermeiro e regulamentada através da Lei nº 7498/86, o enfermeiro avalia as respostas humanas frente aos meios, além de identificar necessidades básicas de saúde, acolhendo o indivíduo e realizando tanto a identificação de fatores de risco como a prevenção e promoção de saúde.³

Relato de caso ou experiência:

Durante a vivência da prática em atenção primária na estratégia da saúde da família ao longo de um semestre, houve algumas consultas de Enfermagem com portadores de HIV/AIDS, consultas essas que objetificavam o acolhimento de forma integral, entendendo seus medos, inseguranças e pensamentos deturpados. As consultas transcorreram, primeiramente, com os usuários falando das suas sensações frente ao diagnóstico. Foi elucidado a diferença entre o HIV e AIDS pois, mesmo com o diagnóstico consolidado, ainda há informações desatualizadas e que causam estranheza que, por muitas vezes, impede o tratamento correto e/ou a não adesão.

Consequente, é reforçado que há outros serviços de atendimento especializados, como psicólogos, nutricionista e serviço social que fornecem consultas equânimes com base no diagnóstico. Além de reforçar a adesão de forma correta da terapia antirretroviral, é primordial viabilizar as informações que impeça a interrupção do tratamento, como gratuidade dos medicamentos e locais mais acessíveis para adquirir os mesmos. É importante salientar que, as práticas educativas também eram abordadas, em especial a prevenção da transmissão por meio de atividades que necessitem do uso do preservativo.

Como forma de detecção precoce, também era ofertado testagem rápida à população e grupos em situação de maior risco e vulnerabilidade, além das campanhas de vacinação do Papiloma Vírus Humano (HPV). Notificar e encaminhar ao serviço de referência quando se fizer necessário era primordial para que houvesse um controle da doença.

Considerações finais:

Incluir a Atenção Básica no cuidado compartilhado do HIV/AIDS com os serviços especializados é fundamental para a melhoria do atendimento às PVHIV no Brasil, pois garante maior acesso e vínculo com o sistema de saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, além de permitir ao profissional de saúde/equipe entender as dificuldades da pessoa e com isso poder ajudá-la da melhor forma. Assim, a atenção primária pode desempenhar um papel importante no diagnóstico precoce do HIV, no encaminhamento adequado para cuidados especializados, no manejo de comorbidades e na prevenção da transmissão do HIV.⁴

Referências:

1.Ministério da Saúde (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 412 p.: il. [Internet]. ISBN 978-85-334-2640-5 [cited 2023 mai 10]. Available from:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_hiv_sifilis_hepatites.pdf

2.Ministério da Saúde (Brasil). Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União 21 set 2017; [Internet]. [cited 2023 mai 10]. Available from:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

3.Ministério da Saúde (Brasil). Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Diário Oficial da União 25 jun 1986; [Internet]. 9273 [cited 2023 mai 10]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17498.htm

4.Smiderle CASL, Favoreto CAO. Desafios das práticas de cuidado na Atenção Primária à Saúde a pessoas que vivem com HIV. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2023;18(45):3218. [Internet] [cited 2023 mai 10]. Available from: [https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3218](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3218)